

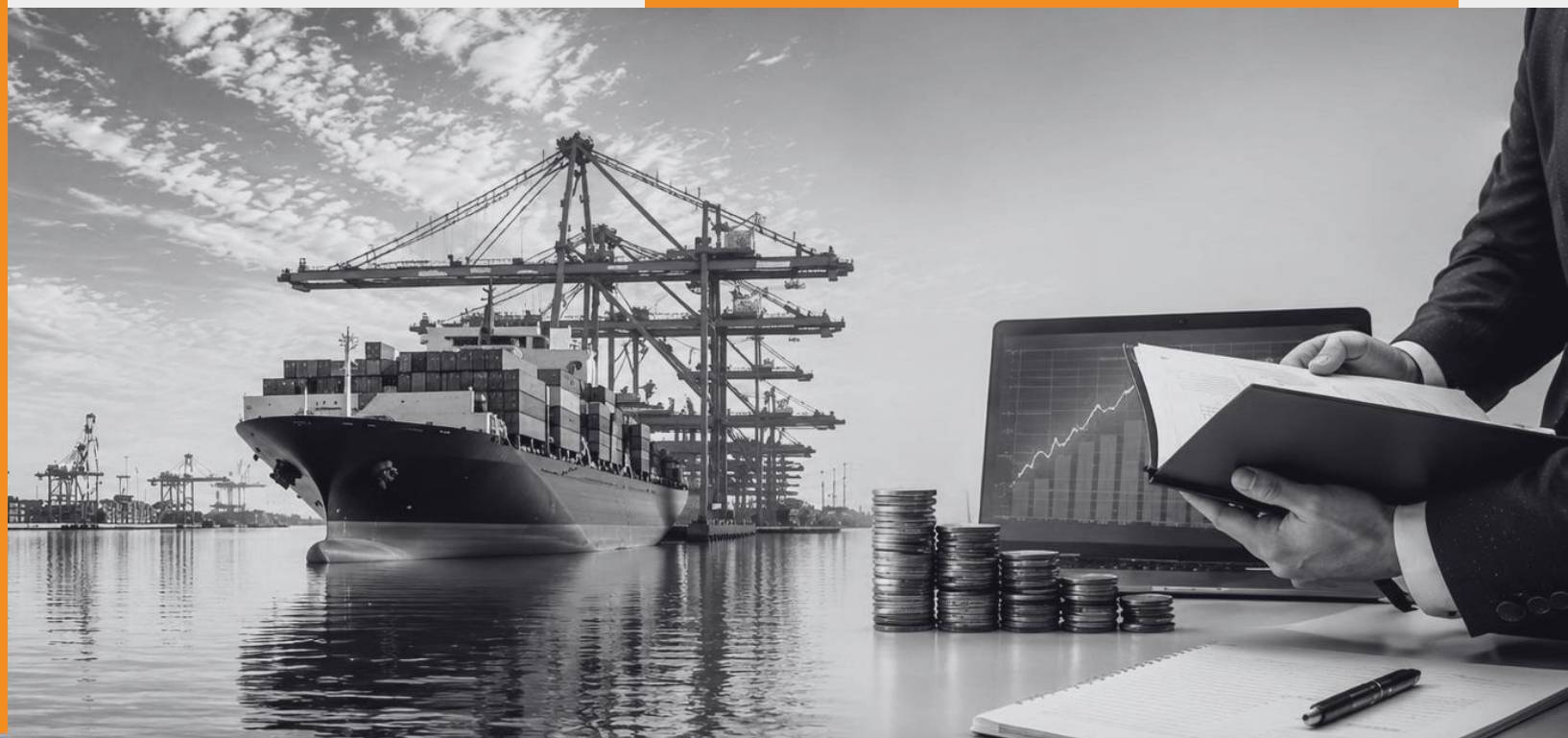
**ADVOCACIA
COMPROMETIDA**
COM SOLUÇÕES
ADUANEIRAS
E TRIBUTÁRIAS



DIEGO JOAQUIM
& ADVOGADOS

LEGISLAÇÃO DO PERÍODO

Reunião Comex
Ciesp Jundiaí
Junho | 2026



DIEGO JOAQUIM
& ADVOGADOS



DESTAQUES DO PERÍODO

Valoração aduaneira ganha novos pontos de atenção

IN RFB nº 2.326/2026 altera a IN RFB nº 2.090/2022

Visão geral

A Receita Federal atualizou os atos internacionais utilizados na apuração do valor aduaneiro, em especial, trazendo estudos sobre valor da transação, pagamentos via criptomoedas e utilização de documentos de preço de transferência para análise da circunstância da venda para apuração do valor aduaneiro.

Operações sensíveis

- Importações entre partes vinculadas
- Contratos internacionais complexos
- Pagamentos de royalties e licenças
- Serviços vinculados à mercadoria importada

Impactos

- Necessidade de revisar contratos e documentos de suporte
- Maior atenção à coerência entre preço e pagamentos acessórios
- Reforço no controle de operações intercompany e vinculadas

Anvisa reforça regras para o preenchimento da Duimp

Importação nº 048/2026

Visão geral

A Anvisa reforçou a obrigatoriedade do preenchimento correto do atributo “**Finalidade da importação – Anvisa**” na Duimp, destacando que inconsistências no Catálogo de Produtos podem afetar diretamente a fluidez do despacho aduaneiro.

Pontos críticos

- Atributos obrigatórios não preenchidos
- Informações incompletas na Duimp
- Finalidade sanitária ausente ou inadequada
- Incompatibilidade entre dados declarados

Impactos

- Direcionamento automático para canais de conferência
- Possível emissão de exigências técnicas
- Aumento do tempo de liberação das cargas
- Necessidade de revisão prévia das informações

Atualização nos códigos de enquadramento do Reintegra

Ato Declaratório Executivo RFB nº 3/2026

Visão geral

A Receita Federal definiu os códigos de enquadramento das **operações de exportação que geram direito ao Reintegra**, os quais devem ser informados no Siscomex e na Declaração Única de Exportação para correta identificação das operações elegíveis.

Abrangência

- Exportações normais e registros simplificados
- Operações com regimes aduaneiros especiais
- Cotas e acordos comerciais específicos
- Exportações com certificações ou controles específicos

Impactos

- Necessidade de revisar códigos utilizados nas exportações
- Maior atenção ao preenchimento no Siscomex e na DU-E
- Risco de inconsistências na fruição do Reintegra
- Adequação dos controles internos de exportação

ALTERAÇÕES E REDUÇÕES TARIFÁRIAS



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 900, de 03/06/2026</u>	Altera o Anexo IV da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produtos na lista de Reduções Tarifárias por Razões de Abastecimento ao Amparo da Resolução Grupo Mercado Comum do Mercosul nº 49/19.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 901, de 03/06/2026</u>	Altera o Anexo IX da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de inclusão de produto na Lista de Elevações Tarifárias por Razões de Desequilíbrios Comerciais Derivados da Conjuntura Econômica Internacional.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 902, de 03/06/2026</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780/2025 e o Anexo Único da Resolução GECEX nº 781/2025, para o fim de concessão de Ex-tarifários de Bens de Capital e de Bens de Informática e Telecomunicações em caráter provisório.
<u>Republicação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 902, de 03/06/2026</u>	Por ter saído com inconsistência no seu original republica o ato supracitado que altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780/2025 e o Anexo Único da Resolução GECEX nº 781/2025, para o fim de concessão de Ex tarifários de Bens de Capital e de Bens de Informática e Telecomunicações em caráter provisório.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 918, de 11/06/2026</u>	Dispõe sobre a execução do Ducentésimo Vigésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 , assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 21/04/2026.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 508, de 11/06/2026</u>	Estabelece critérios para alocação de cotas para importação determinadas pela Resolução GECEX nº 900/2026 e altera a Portaria Secex nº 445/2025.
<u>Portaria SECEX/MDIC nº 501, de 19/05/2026</u>	Altera a Portaria Secex nº 492/2026, que altera a Portaria Secex nº 72/2020, para estabelecer critérios para alocação de cotas para exportação determinadas pelo Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seus Estados Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai, em 17/01/2026.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 912, de 12/06/2026</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780, de 28 de agosto de 2026 (sic), para fins de revogação de Ex-tarifários para bens grafados na Nomenclatura Comum do Mercosul como Bens de Capital (BK).

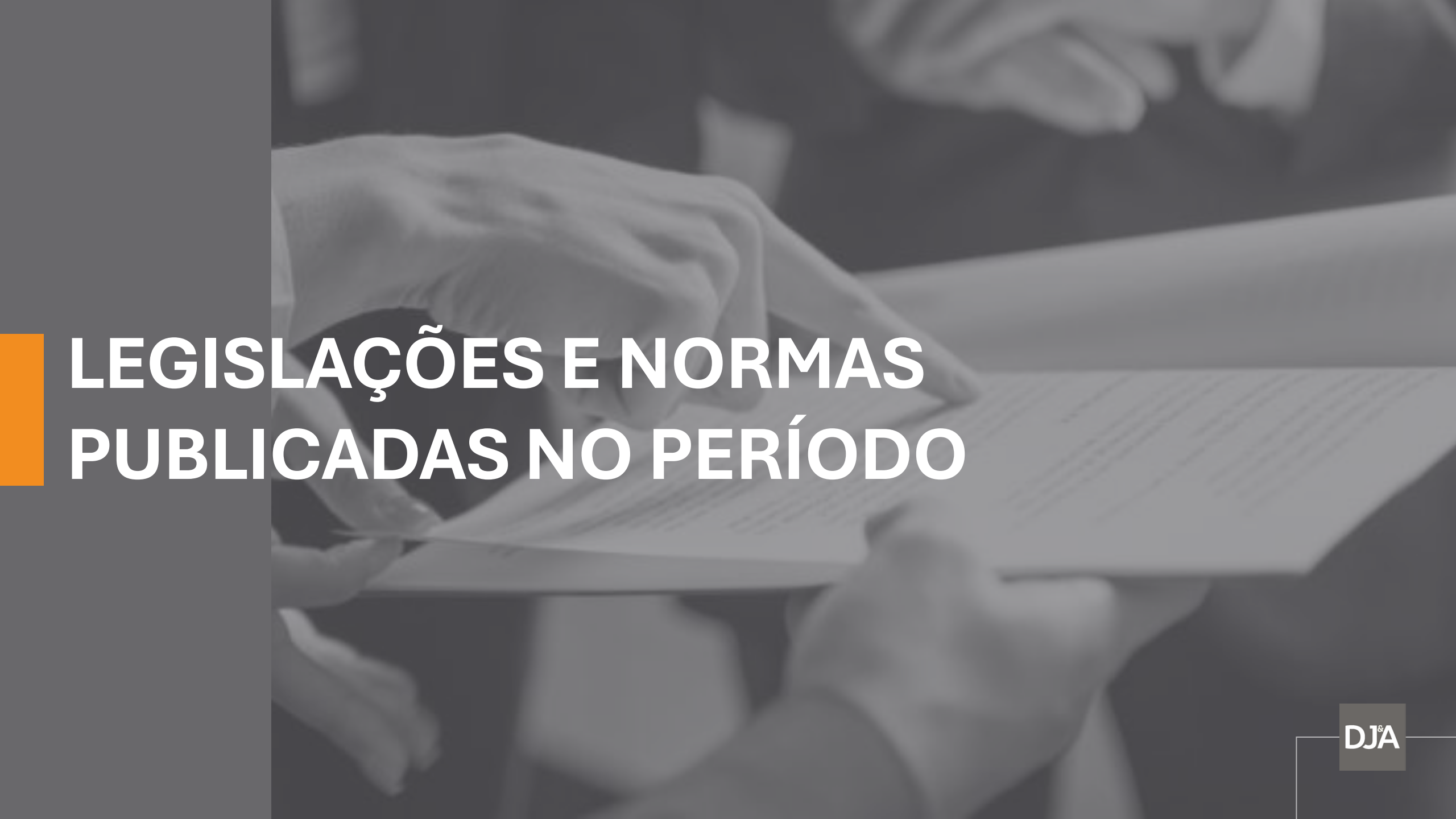
LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução</u> <u>GECEX/CAMEX/PR nº 913,</u> <u>de 12/06/2026</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 780/2025, para fins de concessão e alteração de Ex-tarifários de Bens de Capital.
<u>Resolução</u> <u>GECEX/CAMEX/PR nº 914,</u> <u>de 12/06/2026</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 781/2025, para fins de concessão e alteração de Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações.
<u>Resolução</u> <u>GECEX/CAMEX/PR nº 915,</u> <u>de 12/06/2026</u>	Altera o Anexo Único da Resolução GECEX nº 311/2022, para fins de concessão de Ex-tarifários para produtos automotivos grafados na Nomenclatura Comum do Mercosul como Bens de Capital.
<u>Resolução</u> <u>GECEX/CAMEX/PR nº 917,</u> <u>de 12/06/2026</u>	Altera os Anexos II, V e VI da Resolução GECEX nº 272/2021, para fins de alteração de alíquotas do imposto de importação .



MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Circular SECEX/MDIC nº 38, de 28/05/2026</u>	Torna públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da revisão da medida antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 134/2020, aplicada às importações brasileiras de resina de polipropileno , comumente classificadas nos subitens 3902.10.20 e 3902.30.00 da NCM, originárias da África do Sul e da Índia, iniciada pela Circular SECEX nº 99/2025.
<u>Retificação – Circular SECEX/MDIC nº 37, de 07/05/2026</u>	Retifica o ato supracitado que inicia a revisão anticircunvenção para averiguar práticas comerciais que visem a frustrar a eficácia de medida antidumping prorrogada pela Resolução CAMEX nº 451/2023, aplicada às importações brasileiras de batatas congeladas , comumente classificadas no subitem 2004.10.00 da NCM, originárias da Alemanha, Bélgica, França e Países Baixos.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 903, de 03/06/2026</u>	Prorroga, por um prazo de até cinco anos, a aplicação do direito antidumping definitivo às importações brasileiras de pirofosfato ácido de sódio (SAPP) , originárias do Canadá e dos Estados Unidos da América.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 907, de 03/06/2026</u>	Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado , originárias da Argentina e do Uruguai, e suspende, em razão de interesse público, a sua aplicação.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Retificação – Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 907, de 03/06/2026</u>	Por ter saído com incorreções no anexo I republica o ato supracitado que aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado , originárias da Argentina e do Uruguai, e suspende, em razão de interesse público, a sua aplicação.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 909, de 03/06/2026</u>	Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de malhas de poliéster , originárias da China, e suspende, em razão de interesse público, a sua aplicação.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 910, de 03/06/2026</u>	Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de fios de poliéster , originárias da China, e suspende, em razão de interesse público, a sua aplicação.
<u>Circular SECEX/MDIC nº 40, de 08/06/2026</u>	Encerra a revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 50/2020, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 43/2025, sem prorrogação da referida medida, uma vez que não houve comprovação da probabilidade de retomada de dumping nas exportações da República Popular da China para o Brasil de pirofosfato ácido de sódio (SAPP) , comumente classificado no item 2835.39.20 da NCM, e do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, no caso de extinção da medida antidumping em questão , nos termos do art. 106 do Decreto nº 8.058/2013.
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 906, de 12/06/2026</u>	Dispõe sobre a análise de interesse público em defesa comercial .



LEGISLAÇÕES E NORMAS PUBLICADAS NO PERÍODO

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Instrução Normativa BCB nº 736, de 19/05/2026</u>	Altera a Instrução Normativa BCB nº 693/2025, que estabelece os procedimentos para a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas à prestação de serviços de ativos virtuais no mercado de câmbio de que trata a Resolução BCB nº 521/2025.
<u>Portaria MAPA nº 909, de 22/05/2026</u>	Institui o Plano Inova Cacau 2030 e estabelece sua governança, e os mecanismos de coordenação, monitoramento e transparência, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária .
<u>Instrução Normativa RFB/MF nº 2.326, de 20/05/2026</u>	Altera a IN RFB nº 2.090/2022, que dispõe sobre a declaração e o controle do valor aduaneiro de mercadorias importadas.
<u>Portaria SDA/MAPA nº 1.631, de 26/05/2026</u>	Estabelece as diretrizes, responsabilidades e procedimentos para a implementação e operação do Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica - SISPA .
<u>Decreto nº 12.984, de 25/05/2026</u>	Regulamenta o disposto no Capítulo I da Medida Provisória nº 1.358/2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de combustíveis derivados de petróleo , com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria MF nº 1.496, de 25/05/2026</u>	Estabelece o valor da subvenção econômica da Gasolina "A" , para fins do disposto no Art. 1º da Medida Provisória nº 1.358/2026.
<u>Resolução CMN nº 5.307, de 26/05/2026</u>	Altera a Resolução CMN nº 5.300/2026, que estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras aplicáveis às linhas de financiamento para aquisição dos itens de que trata o art. 3º da MP nº 1.353/2026.
<u>Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 39, de 2026</u>	Prorroga, pelo período de sessenta dias , a vigência da Medida Provisória nº 1.349/2026, que institui o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis e altera a Medida Provisória nº 1.340/2026, a Lei nº 9.847/1999 e a Lei nº 12.462/2011.
<u>Portaria RFB/MF nº 688, de 28/05/2026</u>	Altera a Portaria RFB nº 319/2023, que dispõe sobre a transparência ativa de informações relativas a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica, prevista no art. 198, § 3º, inciso IV, da Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional.
<u>Portaria SDA/MAPA nº 1.635, de 29/05/2026</u>	Homologa o Protocolo Privado de Exportação de Bovinos Livres de Antimicrobianos .

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Decreto nº 12.991, de 29/05/2026</u>	Altera o Decreto nº 5.059/2004, e o Decreto nº 10.527/2020, para prorrogar a redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de querosene de aviação e de biodiesel.
<u>Decreto nº 12.992, de 30/05/2026.</u>	Prorroga a subvenção econômica à importação do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP , de que tratam a Medida Provisória nº 1.349/2026, e o Decreto nº 12.930/2026.
<u>Decreto nº 12.994, de 01/06/2026</u>	Regulamenta a Lei nº 9.818/1999, que cria o Fundo de Garantia à Exportação , e a Lei nº 15.359/2026, e a Medida Provisória nº 1.345/2026, que alteram o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação , e altera o Decreto nº 3.937/2001, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação , o Decreto nº 4.993/2004, que cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações , e o Decreto nº 11.428/2023, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior .

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Portaria Interministerial MDIC/MF nº 173, de 15/05/2026</u>	Altera a Portaria Interministerial MDIC/MF nº 171/2026, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade às medidas previstas na Medida Provisória nº 1.345/2026 , e dá outras providências.
<u>Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 2, de 27/05/2026</u>	Dispõe sobre a autorização conjunta da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) para publicação na Internet, em domínios públicos próprios da RFB e do CGIBS, do Manual de Integração e do Swagger da solução para a Plataforma Pública do Split Payment .
<u>Portaria SUROC/MT nº 17, de 01/06/2026</u>	Altera a Portaria SUROC nº 5/2024, que divulga a relação de aspectos acordados em âmbito bilateral e multilateral relacionados às autorizações de que trata a Resolução nº 6.038/2024.
<u>Decreto nº 12.995, de 08/06/2026</u>	Regulamenta o disposto no Capítulo I da Medida Provisória nº 1.363/2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de óleo diesel de uso rodoviário no País , no valor de R\$ 1,12 (um real e doze centavos) por litro comercializado, e altera o Decreto nº 12.878/2026.
<u>Portaria RFB/MF nº 690, de 01/06/2026</u>	Altera a Portaria RFB nº 200/2022, que dispõe sobre a administração e a destinação de mercadorias apreendidas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Decreto nº 13.004, de 09/06/2026</u>	Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia, firmado em Brasília, em 4 de novembro de 2015.
<u>Decreto nº 13.014, de 10/06/2026</u>	Altera o Decreto nº 8.772/2016, para dispor sobre o cadastramento de atividade de acesso ao patrimônio genético brasileiro ou ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade brasileira por meio de termo de associação para fins de cadastro, a ser firmado entre pessoa jurídica sediada no exterior e instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica quando não houver colaboração científica entre as instituições, e institui a Aliança das Instituições Públicas Nacionais de Pesquisa Científica e Tecnológica pela Biodiversidade.
<u>Portaria COANA/SUANA/RFB/MF nº 194, de 08/06/2026</u>	Altera a Portaria Coana nº 188/2026, que regulamenta a simplificação dos procedimentos de trânsito aduaneiro e estabelece os requisitos para o monitoramento de veículos terrestres e de unidades de carga , e estabelece regra de transição para permitir a realização de trânsitos escalonados .
<u>Decreto nº 13.027, de 12/06/2026</u>	Altera o Decreto nº 11.459/2023, que dispõe sobre adidâncias tributárias e aduaneiras junto a representações diplomáticas brasileiras no exterior.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Medida Provisória nº 1.366, de 12/06/2026.</u>	Altera a Lei nº 12.087/2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999/2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe ; a Lei nº 14.947/2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS ; a Medida Provisória nº 1.359/2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998/2000, que institui o Fundo de Universalização das Telecomunicações .
<u>Resolução COFIG/CAMEX/PR nº 1, de 15/06/2026</u>	Dispõe sobre as alçadas e as condições a serem observadas pelo Agente Financeiro da União para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) na contratação de operações ao amparo do programa.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 916, de 12/06/2026</u>	Altera a Resolução CAMEX nº 33/2018, para estabelecer diretrizes para a utilização do Seguro de Crédito à Exportação - SCE , nas operações de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME, com garantia da União, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE , na modalidade de crédito direto.
<u>Resolução CEC/CAMEX/PR nº 15, de 12/06/2026</u>	Aprova mandato para negociação de Acordo de Parceria Econômica (EPA) entre o Mercosul e o Japão .
<u>Portaria SRRF/8ªRF nº 1.241, de 12/06/2026</u>	Revoga a Portaria nº 498/2024, que dispõe sobre o desenvolvimento, validação e uso do aplicativo Trânsito Aduaneiro Monitorado (TRAM) .
<u>Ato Declaratório Executivo RFB/MF nº 3, de 27/05/2026</u>	Dispõe sobre os códigos de enquadramento de operações de exportação que geram direito ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra .
<u>Resolução GECEX/CAMEX/PR nº 911, de 12/06/2026</u>	Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante da Resolução GECEX nº 284/2021.

SOLUÇÕES DE CONSULTA



LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/ MF nºs: 98.146 e 98.147, de 28/04/2026; 98.153 a 98.159, de 08/05/2026</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 6307.10.00, 9403.20.90, 9504.50.00, 8516.50.00, 1806.90.00, 8426.99.00 e 6802.29.00).
<u>Solução de Consulta COSIT/SUTRI/RFB/MF nº 86, de 25/05/2026</u>	Informa que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI nº 4.254/SP, analisou a validade do regime de substituição tributária definido no art. 65 da Lei nº 11.196/2005, segundo o qual o produtor, fabricante ou importador está obrigado a recolher, na condição de substituto tributário, o tributo devido na operação de revenda pela empresa sediada na ZFM.
<u>Solução de Consulta DISIT/SRRF/7ªRF nº 7.004, de 29/04/2026</u>	Informa que a imunidade relativa a livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão , prevista no art. 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal de 1988, aplica-se somente a impostos e tem caráter objetivo, não contemplando a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS sobre a receita advinda da comercialização dessas mercadorias.

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Soluções de Consultas COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.160 a 98.163, de 13/05/2026; 98.164 e 98.165, de 15/05/2026; 98.166 a 98.168, de 18/05/2026; e 98.171, de 29/05/2026.</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 7318.29.00, 8714.10.00, 8516.79.90, 9018.19.80, 3919.10.90 e 3105.59.00).
<u>Soluções de Consultas CECLAM/COSIT/SUTRI/RFB/MF nºs: 98.172 a 98.177, de 29/05/2026; 98.178, de 02/06/2026; 98.179 a 98.182, de 29/05/2026; 98.183 a 98.186, de 03/06/2026.</u>	Têm por objeto classificação fiscal de mercadorias na TIPI e na TEC (códigos NCM 8479.89.99, 9018.12.10, 8543.70.99, 9405.42.00, 3911.90.29, 3923.90.90, 0406.90.10, 0511.99.99, 3926.90.40, 7412.10.00, 8543.70.99 e 6307.10.00).



MATÉRIAS PUBLICADAS NO PORTAL SISCOMEX

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 046/2026</u>	Comunica que a partir de 25/05/2026 serão promovidas alterações nos tratamentos administrativos sujeitos à anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.
<u>Importação nº 047/2026</u>	Comunica que, a partir de 1º de junho de 2026, as importações dos produtos classificados nas NCM que relaciona, terão monitoramento (TA I1191) da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
<u>Importação nº 048/2026</u>	Comunica que, a partir de 25/05/2026, as Declarações Únicas de Importação (Duimp) de produtos e finalidades sujeitas à anuência da Anvisa deverão obrigatoriamente conter o preenchimento do atributo “Finalidade da importação – Anvisa” (ATT_14783).
<u>Exportação nº 017/2026</u>	O Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex), da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) informa que foi publicada a Portaria Secex nº 501, de 19 de maio de 2026, que alterou a Portaria Secex nº 492/2026, que estabeleceu critérios para alocação de cotas para exportação no âmbito do Acordo Mercosul-União Europeia.
<u>Importação nº 049/2026</u>	Comunica que a partir de 29/05/2026 serão promovidas alterações no tratamento administrativo aplicado às importações dos produtos classificados nos subitens da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que relaciona, sujeitos à anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 050/2026</u>	Informa que foram criados fundamentos legais para serem utilizados por entidades com fins lucrativos nas operações de importação por Duimp sob o regime tributário de REPORTO , em decorrência da LC nº 224/2025 e IN RFB nº 2.305/2026 (sic).
<u>Importação nº 051/2026</u>	Informa que foram retificados os anexos da Notícia Siscomex Importação nº 35/2026, relativos à implementação do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia , internalizado pelo Decreto nº 12.953/2026.
<u>Importação nº 052/2026</u>	A Receita Federal informa que está expandindo o Portal Compras Internacionais no website da Receita Federal e convida empresas habilitadas na modalidade Remessa Expressa a colaborarem com o fornecimento de conteúdos associados a seus procedimentos e orientações.
<u>Importação nº 053/2026</u>	Comunica que a partir de 01/06/2026 as operações que menciona estarão sujeitas à anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) .
<u>Importação nº 054/2026</u>	Comunica a realização de alterações em atributos no módulo “Catálogo de Produtos” , referentes a importações de produtos classificados em subitens da Nomenclatura Comum do Mercosul sujeitos à anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro . As alterações terão efeito nos tratamentos administrativos do tipo “Requer LPCO” com anuência do Inmetro a partir das datas indicadas na planilha disponível neste link (coluna “Data de implementação”).

LEGISLAÇÃO	RESUMO
<u>Importação nº 055/2026</u>	Em complemento à Notícia Siscomex Importação 053/2026, informa que a anuência do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) mencionada aplica se apenas aos produtos já sujeitos à competência do órgão, constantes dos Tratamentos Administrativos e modelos de LPCO que relaciona.
<u>Exportação nº 017/2026</u>	O Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex), da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) informa que foi publicada a Portaria Secex nº 501, de 19 de maio de 2026, que alterou a Portaria Secex nº 492/2026, que estabeleceu critérios para alocação de cotas para exportação no âmbito do Acordo Mercosul-União Europeia .
<u>Importação nº 057/2026</u>	Comunica que a partir de 18/06/2026 serão impedidas as importações de lâmpadas fluorescentes e afins classificadas nos subitens da NCM que relaciona, por determinação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.



DIEGO JOAQUIM
& A D V O G A D O S

Av. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150
Térreo - Condomínio Galleria Plaza
Jardim Madalena - Campinas/SP
CEP: 13091-611

 (19) 3342-3900

 www.dja.adv.br

 DJA | Diego Joaquim & Advogados

 @diegojoaquimeadvogados